

Educação, hub e situação fiscal ajudam a reduzir pobreza no CE[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Proporção da população vivendo com renda abaixo de R\$ 233 por mês recuou 3,9% em 2017, segundo a FGV. Em meio a uma escalada da abrangência da linha da pobreza no País, estudo inédito da Fundação Getulio Vargas (FGV) mostra que, no Ceará, a proporção de pessoas vivendo com rendimentos abaixo de R\$ 233 por mês caiu 3,9% no ano passado em comparação ao anterior. Segundo Marcelo Neri, diretor da FGV Social e coordenador do levantamento, o Ceará tem "três trunfos e um desafio" para enfrentar essa realidade. "Primeiro, é sua situação fiscal invejável. Outro é a questão educacional, sendo o Estado um dos melhores exemplos do Brasil em quantidade e qualidade do ensino público. O terceiro é esse hub de aviação, com uma estratégia voltada ao turismo, que é muito interessante", lista. Por outro lado, um desafio do Estado é lidar com a violência. "Isso pode atrapalhar não só pelo mal que é em si, mas também a economia, o turismo. Numa comparação com o Brasil, diria que o Ceará está em um cenário mais positivo - não que isso seja muito difícil, dada a situação do País. Mas o Estado tem uma situação boa, prospectivamente", analisa o economista da FGV. Índices melhores Para o também economista Ricardo Eleutério, os bons resultados dos índice de educação, Produto Interno Bruto (PIB), investimentos e equilíbrio fiscal são preponderantes para a redução da pobreza no Estado. "A economia cearense tem tido um desempenho melhor, impactando na renda. Os dados de educação também têm mostrado um desempenho melhor. Os investimentos cresceram e a produtividade elevou. Além disso, os programas sociais vão tirando as pessoas da pobreza", opina. Segundo analisa o economista, a tendência é de melhora. "A gente tem um desafio grande que é aumentar a participação do Estado no PIB nacional, que hoje é de apenas 2%. Para isso, o Estado tem atraído investimentos, citando os três hubs (aéreo, portuário e tecnológico) e o aumento das exportações. Nós temos que crescer a uma taxa mais elevada para aumentar a participação relativa no PIB brasileiro", completa Eleutério. Levantamento O estudo cruzou diversos componentes para retratar inflexões da pobreza, entre os quais taxa de desemprego, renda mensal, duração da jornada de trabalho e remuneração por hora, levantados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua. A proposta é mostrar a face humana do Produto Interno Bruto (PIB) e os efeitos da recessão no País. "No Ceará, observamos o aumento do desemprego e a redução da jornada de trabalho em níveis tão fortes quanto no País, mas aí houve um aumento da oferta de trabalho (busca por emprego) e um aumento do salário médio bastante positivo", explica Neri. "O aumento (da busca por emprego) faz a renda crescer, com mais gente indo para o mercado", complementa. Melhor estado nordestino Ele aponta que o Ceará foi o estado nordestino com melhor desempenho no período. "Se o começo da crise foi ruim para os cearenses, depois foi possível ter um desempenho positivo", reforça. De acordo com a pesquisa, na passagem de 2014 para 2015, anos mais intensos da crise econômica, a proporção da pobreza no Estado havia crescido 19,6%, média superior à do Nordeste (18,82%) e à do Brasil (19,33%). Já a desigualdade social avançou 2,13% no Estado entre o segundo trimestre de 2018 e igual intervalo de 2015, ainda menor que o verificado no Nordeste (4,6%) e no País (3,34%). "Essa é uma variável que tem, de certa forma, gerado um descolamento do (desempenho) social em relação ao econômico, que tem conseguido reverter essa situação de crise. Mas a desigualdade segue em alta há três anos e nove meses, o que não acontecia desde 1989". Aumento da miséria Segundo o estudo, hoje, há 23,3 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza no País, cerca de 11,2% da população. A miséria subiu 33% nos últimos quatro anos. São 6,3 milhões de novos pobres - mais do que a população do Paraguai - adicionada ao estoque de pobreza. "O desemprego foi o principal responsável pela queda de poder de compra das famílias brasileiras". Do final de 2014 até junho deste ano, o Índice de Gini, que mede a desigualdade social, acelerou a uma velocidade 50% maior do

que vinha caindo na época de recuo da desigualdade brasileira, iniciada em 2001, perfazendo quase quatro anos consecutivos de aumento de concentração de renda. Isso não acontecia desde a derrocada do Plano Cruzado de 1986 até 1989, o recorde de desigualdade nas séries brasileiras. "Enquanto a média de renda caiu 7%, a renda dos 5% mais pobres caiu 14%. Resultado direto do congelamento nominal do Bolsa Família em 2015, quando as taxas de inflação e de desemprego atingiram os dois dígitos", aponta. "Uma lição da crise atual é olharmos primeiro para os mais pobres, buscando protegê-los e assim preservando o movimento da economia como um todo. Na atual crise desaprendemos lições básicas". Saiba mais Definição de pobreza Brasil: não possui uma linha específica de definição de pobreza e segue modelos internacionais. Banco Mundial: quem ganha até US\$ 5,5 por dia (R\$ 660 por mês). Brasil Sem Miséria: até R\$ 170 mensais per capita. Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada): não possui uma linha única de definição de pobreza. FGV: até R\$ 233 por mês. IBGE (Instituto brasileiro de geografia e estatística): não utiliza nenhuma terminologia, apenas classes de renda.

